



## PARECER 331/2015

Processo nº 136/2015

Pregão Presencial nº 078/2015

Registro de Preço pelo período de 12 meses para aquisição de ar condicionado

Trata-se de parecer solicitado pelo Chefe da Seção Técnica de Comparas, Material e Licitação do Município, quanto aos fatos apurados na primeira ata de registro de preço fls.(496/511), a qual inabilitou a empresa FERRINI & RISSATO COMÉRCIO E CONSULTORIA LTDA - ME, por não atender o item 7.1.4 do edital, (atestado de capacidade técnica).

A Comissão na própria sessão através da indicação da empresa L.J DA SILVA DISTRIBUIÇÃO EIRELI - ME, alegou que os atestados de fl.(353) apresentado pela empresa FERRINI & RISSATO foram referente a uma nota fiscal a uma bonificação, doação ou brinde, o que é incompatível com o tipo de exigência a do edital, que é venda dos aparelhos ao consumidor final.

A comissão de licitação na 1ª ata, sob a regra da diligência prevista no artigo 43 §3º da Lei 8666/93, realizou busca em



SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS

sites oficiais com da RFB (Receita Federal do Brasil) e JUCESP (Junta Comercial do Estado de São Paulo) e fora constatado que a empresa FERRINI & RISSATO participante do certame e a empresa RF TEIXEIRA ME, que forneceu o atestado de fl.(353) são os mesmos o Sr. RODRIGO FERRINI TEIXEIRA.

A SMAJ nesta oportunidade em busca dos dados das empresas na rede mundial de computadores (internet) FERRINI & RISSATO e RF TEIXEIRA ME, verificou o mesmo posicionamento da comissão de licitação em suas diligências.

É a síntese do necessário, passo a manifestar nos autos.

Inicialmente, iremos analisar o presente caso que foi apresentado com as documentações fornecidas pela Administração Municipal e pesquisas efetuadas junto as Legislações pertinentes.

Quanto ao mérito o feito é **improcedente**, pelos seguintes motivos, pois a empresa não trouxe elementos e documentos satisfatórios que comprovassem o alegado em recurso, pois fora constatado que o Sr. RODRIGO FERRINI TEIXEIRA é proprietário das duas empresas, FERRINI & RISSATO participante do certame e a empresa RF TEIXEIRA ME, que forneceu o atestado de fl.(353).



SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS

Ora, a Lei 8666/93, exige-se o cumprimento do artigo 30 para qualificação técnica, ou seja, que a empresa participante comprove que já executou serviço idêntico ou similar, assim não pode duas empresas onde o sócio é mesmo participar este tipo de conduta, ou seja, uma troca de documentações para fornecer um atestado de serviço para cumprir requisitos de uma licitação.

O artigo 30, da Lei 8.666/93, ao tratar das exigências habilitatórias pertinentes à capacitação técnica dos licitantes, estabelece a possibilidade de ser comprovada a capacidade técnica-operacional do licitante (pertinente à empresa), bem como a capacidade técnica-profissional (relativa ao profissional integrante dos quadros permanentes da empresa e indicado como responsável técnico pela obra ou serviço).

Com efeito, determina o Estatuto Federal Licitatório que:

*"Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:*

*I - (...)*

*II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da*





SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS

qualificação de cada um dos membros da equipe técnica  
que se responsabilizará pelos trabalhos".

Subsiste, ainda, a capacidade técnico-profissional, contemplada pelo inc. I do §1º do art. 30, que é a:

*"comprovação do licitante possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes (...), vedadas as exigências de quantidades mínimas e prazos máximos".*

A empresa RF TEIXEIRA ME forneceu um atestado fl. |(353) para empresa FERRINI & RISSATO, onde o sócio de cada empresa é o mesmo, assim não existe razão plausível para fidedignidade deste documento, ou seja, o sócio da empresa ao executar este atestado possui interesses próprios, assim não percebendo a razoabilidade do feito.

O Recorrente tem o ônus de provar o fato alegado, ou seja, tem o dever de constituir a prova adequada sobre o fato alegado.

Nesses termos, não restou caracterizado sua boa-fé em fornecer o atestado da empresa RF TEIXEIRA para FERRINI & RISSATO, uma vez que há provas contundentes de órgãos oficiais sobre



SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS

que é o sócio das duas empresas.

Assim ônus que competia ao autor de provar o ato, sob à luz do art. 333, inciso I, do Código de Processo Civil.

Acerca do ônus da prova, ensina Ovídio A. Baptista da Silva, obra Teoria Geral do Processo, RT, 2002, 3ª ed. p. 300.

O autor só poderá dar consistência objetiva à sua pretensão em juízo fazendo afirmações sobre a existência de fatos e a pertinência deles a uma relação jurídica. Enquanto ele afirma, deve naturalmente provar as afirmações que faz. Assim também o réu se, ao defender-se, tiver necessidade de fazer afirmações em sentido contrário. O réu poderá, certamente, limitar-se a negar os fatos afirmados pelo autor e esperar que este tente demonstrar a sua veracidade. Se o réu limitar-se a simples negativa, sem afirmar a existência de outros fatos incompatíveis com aqueles afirmados pelo autor, nenhum ônus de prova lhe gravará; se, todavia, também ele afirma fatos tendentes a invalidar os fatos afirmados pelo autor, caber-lhe-á o ônus de provar os fatos afirmados.

A respeito do tema, colhe-se da doutrina de Moacyr Amaral Santos, Primeiras linhas de direito processual civil, Saraiva, 1997, 18ª ed., v. II, pp. 343-4 e 346.

Como a simples alegação não é suficiente para formar a convicção do juiz (*allegatio et non probatio quasi non*)



SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS

*allegatio*), surge a imprescindibilidade da prova da existência do fato. E dada a controvérsia entre autor e réu com referência ao fato e às suas circunstâncias (*quaestiones facti*), impondo-se, pois, prová-lo e prová-las, decorre o problema de saber a quem incumbe dar a sua prova. A quem incumbe o ônus da prova? Esse é o tema que se resume na expressão — ônus da prova.

[...]

O critério para distinguir a qual das partes incumbe o ônus da prova de uma afirmação — ensina CARNELUTTI — é o do interesse da própria afirmação. Cabe provar — escreve ele — a quem tem interesse de afirmar; portanto, quem apresenta uma pretensão cumpre provar-lhe os fatos constitutivos e quem fornece a exceção cumpre provar os fatos extintivos ou as condições impeditivas ou modificativas.

O entendimento jurisprudencial que possui a seguintes ementas os julgados de falta de provas:

**EMENTA** - AÇÃO CIVIL PÚBLICA. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. Suposto uso de veículo oficial em atividades particulares. Provas documental e testemunhais insuficientes. Sentença que julga improcedente o pedido. Recurso improvido. (10ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO - APELAÇÃO Nº 815 296 5/5-00 - Relator Desembargador Paulo Galizia, Dj. 08.02/2010).

Assim pugno pela manutenção da decisão que inabilitou a empresa FERRINI & RISSATO COMÉRCIO E CONSULTORIA



**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS**

LTDA - ME, por não atender o item 7.1.4 do edital, (atestado de capacidade técnica) e assim IMPROVER o recurso.

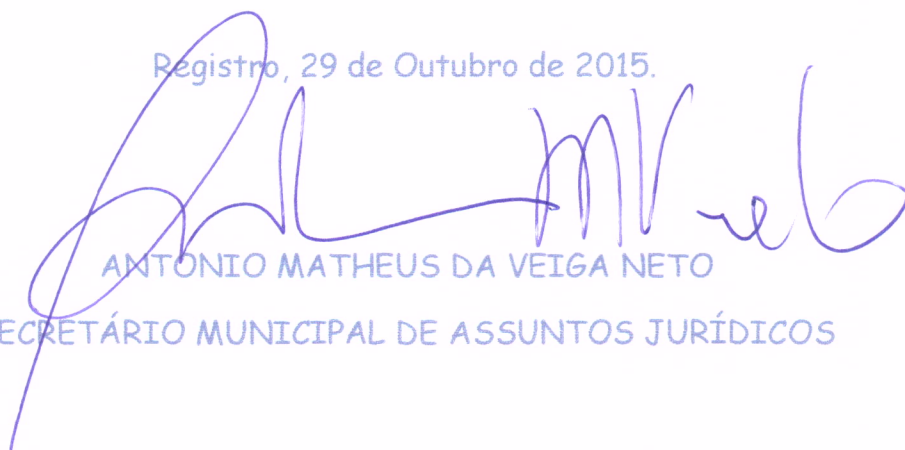
Encaminhe-se o feito a SMA para providências de estilo, caso o Pregoeiro acolha o parecer comunique as empresas.

Após proceda com regular processamento do feito nesta seara administrativa.

Essas seriam as considerações a serem feitas a respeito do presente pleito, sem embargo de outros entendimentos em sentido contrário, para com os quais manifestamos, desde já, o nosso respeito.

É o parecer, s.m.j

Registro, 29 de Outubro de 2015.

  
ANTONIO MATHEUS DA VEIGA NETO  
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS